

Foto: Acervo do Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares



Oficina do Coletivo de Educadores Ambientais Populares do Triângulo Mineiro
(06 de junho de 2007)

Menino brinca de boneca e menina de carrinho?

Claúdia Guerra¹

Resumo

Este artigo discute os prejuízos para meninos e meninas a partir da educação diferenciada entre os sexos e propõe uma educação cidadã e integral, em que as tarefas se dão por habilidades e competências e não por papéis tradicionalmente construídos.

Palavras-chave

Gênero. Educação. Linguagem.

1. Voluntária e Presidenta da ONG S.O.S. Mulher/Família de Uberlândia; professora universitária; voluntária do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia e consultora do Instituto de Desenvolvimento Humano - Assessoria e Consultoria de Uberlândia.

Do boys play with dolls and girls with toy cars?

Claúdia Guerra*

Abstract

This paper aims at discussing the negative effects on boys and girls caused by segregated education between genres, and it proposes a citizenship related and integral education, in which the tasks are provided by abilities and capabilities instead of traditionally imposed roles.

Key words

Gender. Education. Language.

* Volunteer and the President of the S.O.S. Mulher/Família ONG in Uberlândia.; university teacher with master's degree in History; a volunteer at Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher in Universidade Federal de Uberlândia and an adviser of the Instituto de Desenv. Humano - Assessoria e Consultoria in Uberlândia.

Em pleno séc. XXI, com a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, e, se considerado o mercado informal, com a maior presença feminina, mas recebendo em média 43% menos que os homens para as mesmas funções, contraditoriamente, é a comprovada maior escolaridade delas em relação a eles; com aproximadamente 30% das famílias, no Brasil, sendo chefiadas por elas; sendo elas a maior parte da população, eleitoras e cidadãs; estando a força física relativizada, na era da informação e das novas tecnologias e da musculação acessível a todos(as) que queiram adquirir músculos. Ainda assim, faz-se necessária a reflexão sobre a educação sexista e diferenciada para meninos e meninas ainda presente em nossa sociedade, seja formal ou informal e seus prejuízos para ambos os sexos.

O que se constata historicamente é que as diferenças entre o gênero masculino e feminino (e cada ser é único) foram traduzidas em desigualdades. O problema não está em possuir pênis ou vagina, seios, amamentar, menstruar, poder gerar, ter 4 milhões de neurônios a mais, ou em outras especificidades físicas ou hormonais, mas o que se faz com elas no universo cultural e vivencial.

Contribuição importante para tais reflexões vem a tona com a categoria gênero incorporada a estudos e pesquisas a partir dos anos 80, no Brasil, apontando para a possibilidade de se pensar o masculino e o feminino enquanto construções relacionais (só se pode pensar um em relação ao outro) e sócio-históricas, vivas, dinâmicas, com possibilidades de se sair das naturalizações e determinismos biologizantes. Não se trata de negar as diferenças biológicas e anatômicas, mas pensá-las dentro da cultura, imersas em atribuições simbólicas e por representações que são fabricadas sobre os “papéis” e vivências masculinas e femininas. Assim, ninguém nasce, mas constitui-se homem e mulher.

Desde muito cedo, as crianças vão sendo socializadas e passam por um processo de inculcação sobre os “papéis” definidos quanto ao

gênero: na gestação, a escolha da cor do enxoval exprime, simbólica e, por vezes, inconscientemente, futuras expectativas. Apesar dos neutros amarelo, verde e branco, ainda há a tradicional presença do cor-de-rosa (reforçado pelo mercado, mídia e escola) para a menina, cor que entoa a calma, fragilidade, meiguice, e o azul para o menino, traduzindo a imensidão sem limite do céu, dos oceanos, sendo apontada na cromoterapia como a cor da intelectualidade, da força, da razão.

Em tenra idade, os brinquedos vão sendo direcionados, raramente escolhidos por afinidade, tendo a menina maior acesso às bonecas, roupinhas, casinhas, panelinhas, vassourinhas, tudo “inhas”, brincando mais quietinhas, visando a, de modo nada neutro, criar um cenário propício para futuras donas-de-casa (rainhas do lar sublimadas, sem coroa, salário, valor social ou status), esposas, mães. Para eles, as bolas, carrinhos, com estímulo ao desenvolvimento da coordenação motora, correndo, pulando, subindo, trepando... sendo orientados a falar em público para ocupar esse espaço no futuro e também dirigir carros e suas próprias vidas; serem protetores, provedores e agressivos com suas espadas e espingardinhas de chumbo, sob modelos de super-heróis dos quadrinhos: invencíveis.

Quando fiz o ginásio, as meninas tocavam flauta ou faziam bordados, e os meninos iam para as práticas agrícolas. Na época de mamãe, eram oferecidos os cursos de puericultura para preparar esposas-mães. Vale a reflexão: se ele pode vir a possuir um barraco, casa ou apartamento, potencialmente pode desejar ser pai, então porque não brincar de casinha, de boneca? E ela, pode futuramente dirigir, porque não brincar de carrinho e ir se exercitando desde cedo? As seguradoras de carro proporcionam maiores descontos à titular mulher exatamente porque, ao contrário do que diz o senso comum, “no volante são menos perigo constante”. A maior parte dos acidentes graves e com mortes acontece com eles. E não se trata da rancorosa guerra entre os sexos, que só alimenta o mercado, mas

não, as almas. Ela é ineficiente para a convivência tolerante, com o exercício da diversidade, da alteridade, ou seja, do reconhecimento do outro enquanto diferente, mas com mesmos direitos e humanidade.

Haja boteco ou terapia para lidar com tais cristalizações que se atualizam em muitas vivências insatisfatórias e fragmentadas do ser com vistas a consolidar uma identidade partida e satisfazer o grupo, o social, mais que a si mesmo(a).

Os pais, as mães e professores(as) pouco preparados(as) ficam ainda com receio de que os brinquedos sejam associados à orientação sexual. Lembrando que qualquer orientação é legítima, cidadã e deve ser respeitada. Inevitavelmente, os estereótipos podem levar a discriminações e a etnocentrismos, cenários propícios a extermínios de grupos e à guerra. Quem faz tais associações equivocadas é o adulto preconceituoso, ao afirmar, por exemplo, para o menino: “larga essa boneca que isso é coisa de mariquinha”, e ao praticar violenta retaliação: “homem que é homem não leva desaforo pra casa”, “homem não chora” ou “se apanhar na rua, vai apanhar aqui em casa também”.

Depois se queixam da violência predominantemente exacerbada entre jovens do sexo masculino e da comum violência doméstica. E “um tapinha” dói, sim, e é crime quando não consentido. Para a menina, reforça-se: “mocinha senta de perna fechada”, embutindo ainda mais a sexualidade já escondida, cujo tabu da virgindade ainda é resquício só para o feminino: “segure sua cabrita que meu bode tá solto”. A figura do “comedor”, anatomicamente estranha, pois ela quem deveria ser considerada a “comedora” na perspectiva anatômica, traz a relação de poder, do ativo versus a passiva. Casais homossexuais por vezes reproduzem também essa concepção.

Assim, em alguns estabelecimentos há a pizza Carla Perez, Tiazinha, do doce Marta Rocha, mulheres objetos a serem digeridas. Pra não mencionar a mercadorização e consumo

voyer de corpos na mídia, no mundo do espetáculo e da simulação da vida. Em algumas falas cotidianas, piadas, músicas, numa banalização e descaracterização do feminino, recorre-se ao mundo animal para designá-las: “cachorras”, “galinhas”, “piranhas”, ou são expostas como pedaços de carne “filés”, “popozudas” e eles os “tigrões”, “garanhões”, viris. Se ele é barrigudinho e grisalho é charmoso, ela é desleixada. Filho(a) deu gente, mérito do pai; não deu, culpa da mãe. Até para xingar filho(a) é da mãe. Por que não da família, da sociedade, do Estado com suas políticas públicas? E a linguagem universal masculina para designar os dois sexos e que exclui a outra metade da humanidade. Isso tem sido revisto com leis que propõem a inclusão.

No dicionário Aurélio, um dos livros mais vendidos depois da Bíblia, ao definir e caracterizar HOMEM como: qualquer indivíduo pertencente à espécie animal que apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva; o ser humano; ser humano do sexo masculino; varão; esse mesmo ser humano na idade adulta; adolescente que atingiu a virilidade; homem dotado das chamadas qualidades viris, como coragem, força, vigor sexual; macho: homem que é homem não leva desaforo para casa; marido ou amante; homem da lei: magistrado, advogado, oficial de justiça; homem da rua: homem do povo; homem de bem; homem de Deus; homem de estado; homem de letras; homem de palavra; homem de negócios; homem de pulso; homem público: indivíduo que se consagra à vida pública, ou que a ela está ligado. MULHER como: o ser humano do sexo feminino capaz de conceber e parir outros seres humanos; mulher dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos: carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição; a mulher considerada como um ser frágil, dependente, fútil, superficial ou interesseiro; amante, companheira, concubina; mulher que apresenta requisitos necessários para determinadas tarefas: mulher dona-de-casa; mulher fatal: sensual e sedutora, mulher

à toa, da comédia, da rua, da vida, da zona, de amor, de ponta de rua, do fado, do fandango, do mundo, do pala aberto, errada, perdida, vadia = meretriz. Verifica-se que a linguagem de dicionário também cristaliza valores e crenças.

No período da adolescência, fase também criada historicamente, a distribuição das tarefas em casa, os horários de chegar após as “baladas”, a iniciação para o namoro e a sexualidade parecem também ainda marcados pela desigualdade de gênero.

Verifica-se ainda no mercado, não casualmente, por exemplo, que as atividades consideradas tradicionalmente femininas e como extensão do lar, como lavar, passar, cozinhar, cuidar são socialmente desvalorizadas. Para não mencionar o trabalho doméstico não remunerado, sem férias, sem 13º, sem licença maternidade, sem direito à aposentadoria. Tal trabalho possui significativo valor social, pois graças a ele outros membros podem exercer atividades remuneradas no mercado externo; se assim não for, será necessário remunerar pessoas que façam tais atividades repetitivas, desgastantes, cuja realização cotidiana aparece os olhos dos outros membros do lar como magia, mas contraditoriamente considerado por muitos(as) como não trabalho, inclusive por algumas mulheres.

Afinal, tal cultura está na cabeça de homens e mulheres. É conveniente ao sistema capitalista e a muitos maridos que tantas trabalhem arduamente e de graça? Seria a tripla jornada de trabalho uma conquista ou ônus? Alguns diriam: “mas hoje tá mais fácil com os eletrodomésticos”. Acontece que alguém preci-

sa colocar e tirar as roupas na máquina de lavar e colocá-las e retirá-las do varal; alguém precisa colocar e retirar a comida no microondas, no forno. E ainda há os semi-globalizados(as), ou excluídos(as), que sequer têm acesso ao dito progresso para todos(as).

Parece urgente ser desconstruída cotidianamente essa educação diferenciada, com vistas à construção (não inversão de “papéis”, o que não alteraria a dinâmica de poder e dominação) de outra estrutura relacional, que promova uma educação cidadã, integral e igualitária, respeitando-se as diferenças. Até porque se percebe nitidamente a existência de fragmentações, restrições e prejuízos para ambos os sexos.

Na busca da coerência vivencial, eu e meu esposo, que trabalhamos profissionalmente fora de casa, dividimos tarefas por habilidades, e nossos dois filhos, o de 3 anos e o de 1 ano, brincam de carrinho, bola, instrumentos musicais, brinquedos pedagógicos, casinha, boneca... com vistas a serem o mais inteiros possíveis como seres humanos e poderem fazer suas escolhas futuras por competências e habilidades, e não por terem que atender a estereótipos e “papéis” tradicionalmente construídos e que, apesar de reais e aparentes privilégios históricos, sequer têm proporcionado felicidade a ambos os sexos na sua convivência. Precisamos urgentemente construir uma cultura para a paz, a começar pelo repensar das relações de gênero. Faço minhas as palavras do sociólogo Boaventura de Sousa Santos: temos o direito de ser iguais quando as diferenças nos inferiorizam e o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

Referências

- CARVALHO, Maria Eulina de Pessoal (org.) et al. Consciência de gênero na Escola. In: **Temas em Educação**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2000.
- CECF – Conselho Estadual da Condição Feminina. Construindo a igualdade entre os sexos. In: **Cadernos CECF/SP Educação**. 1994.
- FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2 ed. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

- LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- REDHEH – Rede de Defesa da Espécie Humana. Cidadania e Gênero. **Manual para Alfabetização de jovens e adultos**. 1998.
- RIBEIRO, Marcos. **Menino brinca de boneca?** Conversando sobre o que é ser menino e menina. 4 ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1990.
- SOUZA, Valquíria Alencar e outra. Por Uma Educação Escolar Não-Sexista; Sugestões; Desafios; Mulheres em Luta: primeiros passos. In: **Temas em Educação**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.
- TOSCANO, Moema. A Linguagem também é sexista. In: **Igualdade na Escola: preconceitos sexuais na educação**. CEDIM-RJ, 1995.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – NEMGE/CECAE. Ensino e educação com igualdade de gênero na infância e na adolescência. In: **Guia prático para educadores e educadoras**. São Paulo: NEMGE/CECAE, 1996.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Programa de Pós Graduação em Educação/PRGE. O Currículo e as Desigualdades de Gênero. In: **Temas em Educação**. v.1, n.11, João Pessoa: Programa de Pós Graduação em Educação/PRGE, 1991.